

Ass. Const

Rumo à nova Constituição

Proposta da Constituinte exclusiva provoca crise política

TADEU AFONSO
Enviado especial o Brasil

O Senado elege hoje sua Mesa, ignorando o apelo da bancada do PMDB na Câmara para que suspenda os seus trabalhos imediatamente após a posse dos senadores eleitos até que o Congresso constituinte decida se as duas Casas funcionarão normalmente durante a votação da nova Constituição. E os pequenos partidos (PT, PDT, PTB, PDC, PDS, PCB e PC do B) que se reuniram ontem, na Câmara, para tentar discutir, entre outras coisas, o regimento interno do Congresso constituinte, só conseguiram concordar numa coisa: vão tentar, às 16h de hoje, quando se instala o Congresso constituinte, fazer uso da palavra no plenário.

Era esse o clima de desorientação e confusão ontem no Parlamento, menos de 24 horas antes da instalação do Congresso constituinte.

O presidente interno do PFL, Maurício Campos, ao final da reunião da bancada com Ulysses, disse que o partido era vigorosamente contra a suspensão das eleições para a Mesa. Na reunião, corria solta a informação de que os peemedebistas mais radicais tentariam se retirar do plenário logo depois da posse dos deputados, como forma de tentar impedir a eleição pela falta de quórum.

"Isso — disse o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) — é um risco. Os conservadores do PMDB podem se aliar ao PFL e a outros partidos e eleger um outro presidente da Câmara". O senador Mário Covas (PMDB-SP) tinha outra opinião: "Se eles saírem de plenário, terão que ficar na porta. Se houver número para a eleição, terão que voltar correndo para dentro".

Os autores da moção Léléo de Sousa (que pede a suspensão dos trabalhos do Senado e Câmara logo após a posse dos novos parlamentares) precisam de 244 votos em plenário para aprová-la na Câmara. Na reunião da bancada, tiveram 160. Até agora, só tiveram apoio do PT (16 deputados). O PTB e o PDT se dividiram e ameaçavam ontem até romper o acordo para a composição da Mesa.

Um dos inspiradores da moção, o deputado Egídio Ferreira Lima (PE), disse ontem de manhã que o objetivo era apenas colocar o Congresso constituinte como Constituinte exclusiva e no centro do poder. E negava que os defensores da medida fossem se retirar de plenário. "Não

vamos — disse — cometer uma barbaçada".

A desorientação dos deputados é tão grande que muitos temiam ontem que a Câmara e Senado ficassem sem direção administrativa enquanto uma nova Mesa não fosse eleita. Outros argumentavam lembrando que Sarney ficaria sem substituto se não houvesse um novo presidente da Câmara. Léléo de Sousa disse que, na falta dos presidentes da Câmara e Senado, assumiria o presidente do STF, ministro Moreira Alves.

No entanto, como a Folha apurou, nada disso vai acontecer. Segundo o regimento interno da Câmara, enquanto não houver uma nova Mesa eleita, continua mandando a anterior. Assim, aconteceria a suprema ironia: Ulysses continuaria na presidência da Casa até que o plenário escolha um novo nome, que pode ser o dele mesmo.

Regimento

Assim, enquanto o assunto central ontem era a eleição das Mesas da Câmara e Senado, o problema dos primeiros dias de funcionamento do Congresso constituinte ficava esquecido.

Eleito presidente do Congresso constituinte, Ulysses terá que nomear ou presidir a eleição de uma comissão para redigir seu regimento interno. Na sexta-feira, o deputado não sabia se haveria sessões enquanto esse regimento não estiver pronto. Como alternativa, ele admitiu que o plenário poderia adotar, provisoriamente, o regimento interno do Congresso Nacional. O deputado Carlos Santana (PMDB-BA) sugeriu o regimento interno da Constituinte de 46. O PFL apresentava ontem de tarde a sua proposta de regimento, que estava sendo redigida pelo senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) e os deputados Aloysio Chaves (PA) e Oscar Corrêa (MG).

Preocupado com essas indefinições, o deputado Antônio Brito (PMDB-RS) disse que o país não entenderá uma suspensão dos trabalhos constituintes. E o líder do partido, Pimenta da Veiga, pediu que a comissão do regimento interno tivesse um prazo de 72 horas para apresentá-lo em plenário.

Os pequenos partidos, reunidos ontem de manhã, só conseguiram um consenso: vão tentar fazer uso da palavra durante a sessão solene de instalação do Congresso constituinte, hoje. No entanto, o deputado Brandão

Monteiro (PDT-RJ) que estava na reunião duvidava de que isso fosse possível. O regimento interno do Congresso proíbe discursos de líderes e questões de ordem em sessões solenes. O líder do PCB, Roberto Freire (PE), propôs que isso fosse ignorado. O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), sugeriu que fosse lançado um anticandidato, à presidência do Congresso constituinte, alegando que Ulysses era o candidato dos conservadores. A proposta foi descartada e os líderes concordaram em procurar o PMDB para dizer que tentariam falar na sessão solene de hoje. No fim, combinaram nova reunião para a noite.

Entre eles, não há nem consenso sobre o "recesso branco" da Câmara e Senado. O líder do PTB, Gastone Righi (SP), defende o funcionamento simultâneo das duas Casas com o Congresso constituinte, com o que não concorda o petebista Roberto Jefferson (RJ). O líder do PDC, Siqueira Campos, disse que só poderia dar uma resposta sobre a questão à noite, depois de reunir sua bancada. E o deputado Brandão Monteiro (RJ), informou que o assunto dividia de novo a sua bancada pedetista.

A líder do PT, Irma Passoni (SP), apóia a moção de Léléo de Sousa e diz que a bancada votará a favor da suspensão da eleição da Mesa da Câmara como forma de se tentar uma Constituinte exclusiva. Irma tem uma série de questões de ordem a apresentar hoje ou amanhã, quando houver a eleição de Ulysses. Quer saber se o governo pode decretar medidas de emergência durante a votação e discussão da Constituição e pretende apresentar, entre outras coisas, uma moção declarando a soberania do exercício político do mandato dos constituintes. Além do mais, quer declarar provisório o mandato de Sarney.

Segundo a Folha apurou, há uma queixa entre influentes lideranças do PMDB contra Ulysses. Segundo elas, foi o deputado o causador, até certo ponto, da confusão instalada. No seu entender, o deputado deveria ter nomeado logo uma comissão de parlamentares de vários partidos para estudar o regimento interno do Congresso constituinte. Preferiu criar um grupo de trabalho composto pelos deputados Prisco Viana, Carlos Santana e Euclides Scalco. O trabalho acabou sendo repudiado até pela bancada do partido.

presidência da Câmara, acha que Ulysses mudou seu discurso de sexta-feira para ontem, ao afirmar que era candidato à presidência do Congresso constituinte, e não à presidência da Câmara, no discurso que fez para a bancada peemedebista, porque os deputados presentes — que aprovaram a moção do deputado Léléo de Sousa (PMDB-RS), pedindo a suspensão da eleição das Mesas da Câmara e Senado — "queriam a Constituinte exclusiva". Lyra não se considera derrotado, apesar de ter obtido apenas dez votos (contra 166 de Ulysses), na indicação da bancada do PMDB à presidência da Câmara. "Veja bem: 47 não compareceram; 36 votaram em branco; houve um voto nulo e dez votaram em mim. Isso soma 94 votos. Com esse número e mais os votos que terei nos outros partidos, eu ganho a eleição", disse.

Planalto age para evitar derrota de Ulysses

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial o Brasil

Não bastasse a crise econômica, agravada pela inércia do governo, o Brasil poderia mergulhar também em uma crise política, a partir da instalação, hoje, do Congresso constituinte, se o governo federal não tivesse agido com a rapidez e eficiência que não mostrou na área econômica: o presidente José Sarney —coadjuvado por uma parte dos governadores eleitos pelo PMDB— pôs a funcionar todo o poderoso mecanismo de cooptação de parlamentares para reconduzir o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, à presidência da Câmara, barrando, em princípio, o caminho de seu adversário, Fernando Lyra (PMDB-PE).

Análises mais catastrofistas chegaram a enxergar, na vitória de Lyra, o estopim de uma crise institucional, mais do que política. Afinal, eleito presidente da Câmara, Lyra seria o substituto eventual do presidente da República, hipótese que a central de boatos em permanente funcionamento em Brasília colocava como inaceitável para os militares.

O ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, com a autoridade de quem está no coração do poder, descarta a hipótese, até porque Lyra foi, durante quase um ano, ministro da Justiça e, como tal, responsável teórico pelo estratégico Departamento de Polícia Federal, sem que nada acontecesse de extraordinário.

O que ninguém descarta é a possibilidade de uma crise política, decorrente da seguinte análise: se Ulysses perdesse a eleição na Câmara, teria sido derrotado especialmente por seu próprio partido, dono de 260 das 487 cadeiras (maioria absoluta, portanto), o que equivaleria, simultaneamente, a destituição também da presidência do partido.

E não há, no PMDB, outro nome capaz de conservar pelo menos a aparência de unidade do partido, principalmente porque qualquer escolha estaria inevitavelmente subordinada à disputa interna pela indicação à candidatura para a Presidência da República. Se, por exemplo, o governador de São Paulo, Franco Montoro, fosse escolhido para o lugar de Ulysses, seria bombardeado pelos demais "presidenciáveis", estilhando o principal partido de sustentação do governo.

As pressões do governo e dos governadores eleitos do PMDB, não necessariamente determinadas pela antevisão da crise política, afastaram aparentemente o fantasma da crise. Mesmo um eleitor de Lyra, como o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), acha que Ulysses será reeleito. E um eleitor de Ulysses não propriamente entusiasta, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), vai mais longe: "O dr. Ulysses põe 120 votos de diferença".

Cautela

Em todo o caso, ainda há alguma cautela mesmo entre os "ulyssistas". Cautela explicável: o deputado federal Roberto Freire (PCB-PE) lembra que, na disputa anterior, entre o mesmo Ulysses e Alencar Furtado, "não se encontrava nos corredores um só eleitor do Alencar e a diferença acabou sendo mínima" (26 votos).

Se se repetir essa margem estreita, estará de qualquer forma feito algum



Ulysses Guimarães



Fernando Lyra

estrage, de que dá prova a irritação da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), uma das líderes da campanha de Lyra: "O PMDB ficou pior do que a Arena. Esta, pelo menos, não tinha vergonha de mostrar subserviência ao governo, enquanto o PMDB é tão subserviente quanto a Arena, mas mantém a retórica de independência". Outra indicação vem do senador Mário Covas (PMDB-SP), eleitor de Ulysses, que reclama do uso dos boatos sobre o suposto veto militar a Lyra: "Argumentos como esse já deveriam estar sepultados".

Ainda que Ulysses vença com uma margem capaz de sepultar desconfortos latentes ou expressos, os trabalhos do Congresso constituinte começam em meio a um insólito clima de confusão, seja na área econômica, seja na área política. Confusão que criou dois universos paralelos, convivendo no reduzido espaço de 14.400 quilômetros quadrados que formam o Plano Piloto de Brasília —ou o Brasil oficial. O governo e a maior parte da sociedade se ocupam das dificuldades econômicas, enquanto os constituintes se preocupam com duas questões internas: os cargos em disputa nas três Casas do Congresso (Constituinte, Senado e Câmara) e o mecanismo de funcionamento delas no período de elaboração da Constituição.

Há, portanto, um inquietante distanciamento entre o pedaço do Brasil oficial representado pelo Congresso, preocupado consigo mesmo, e o Brasil real, preocupado com preços, salários e juros. Esse distanciamento ajuda a explicar o surgimento de propostas desconexas e contraditórias, como a da suspensão dos trabalhos da Câmara e do Senado, enquanto estiver sendo elaborada a Constituição. Desconexa porque desconhece o fato de que a atual Constituição continua em vigor e, para suspender o funcionamento das duas Casas, seria preciso aprovar emenda constitucional, para o que se exige o quórum de dois terços, aparentemente inatingível.

E contraditória porque a iniciativa está sendo tomada pela bancada do PMDB, o mesmo partido que destituiu o cargo de relator do projeto de convocação da Constituinte, no ano retrasado, o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), exatamente porque ele propunha uma Constituinte exclusiva, em vez de um Congresso constituinte.

Pelo menos nos primeiros dias de funcionamento do Congresso consti-

tuinte, esses universos paralelos continuarão em órbitas diferentes. Primeiro, porque a decisão do governo de tomar medidas econômicas — conta-gotas, realinhando paulatinamente os preços e não mexendo no resto, retirará da discussão em torno da economia o caráter agudo que teve nos últimos trinta dias. Segundo, porque os constituintes continuarão se ocupando, prioritariamente, da elaboração do regimento, motivo de outras das muitas divergências existentes no país: há os que querem criar uma "grande comissão", composta por cerca de 10% dos eleitos, marginalizando os demais, e os que preferem a criação de numerosas subcomissões, de forma a permitir a participação dos 559 constituintes.

O mundo real

Essa convivência relativamente pacífica tende a ser rapidamente desmontada pela intromissão do Brasil real nesse Brasil congressual. Já na quinta-feira, 5, as três centrais sindicais existentes no país (Central Geral dos Trabalhadores, moderada, União Sindical Independente, conservadora, e Central Única dos Trabalhadores, de esquerda) irromperam no cenário brasileiro com a reunião de um "Fórum Sindical", no qual a convocação de uma nova greve geral será o tema dominante.

Por mais empenhados que estejam em discutir o regimento e se a Câmara e o Senado funcionam ou não, os constituintes não poderão ficar inteiramente alheios a realidades mais palpáveis para o conjunto da sociedade. E ainda que o fiquem, serão de novo acordados uma semana depois, no dia 12: será a vez de os produtores rurais marcharem sobre Brasília, na busca do que consideram um tratamento mais digno para o setor primário da economia.

Salário (pau de fundo da possível nova greve geral) e preços (motor básico da mobilização dos ruralistas) forçarão assim a sua entrada no universo do Congresso constituinte. E ele, finalmente, deixará a órbita paralela em que se move hoje, até porque são estas questões as que provocam divisões no governo e, por extensão, o imobilismo governamental.

Tende a chegar, portanto, mais cedo do que tarde a situação prevista pelo governador Franco Montoro, em conversas informais com seus assessores: se o governo continuar paralisado, o Congresso constituinte pode tomar em suas mãos a condução da política econômica.

A campanha continua, apesar da moção

Do Suroeste de Brasília

Apesar de ter votado a favor da moção para suspender as eleições das Mesas da Câmara e do Senado, na reunião da bancada peemedebista realizada na última sexta-feira, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, continuava ontem sua campanha para reeleger-se presidente da Câmara. Ao reunir-se pela manhã com a bancada do PFL, no auditório Nereu Ramos, ele disse contar com o apoio de ampla maioria da bancada peemedebista para continuar presidindo a Câmara, e falou da necessidade de PMDB e PFL marcharem juntos, apesar das dificuldades regionais.

Ulysses afirmou que será presidente de toda a Câmara, o que abrange todos os partidos. Seu discurso tem endereço certo, já que seu nome encontra resistência dentro do PFL,

o segundo maior partido da Câmara (118 deputados). Conforme disse o líder José Lourenço (BA), foi Ulysses quem comandou o massacre do PMDB sobre o seu partido, nas últimas eleições.

O PFL também é contra a suspensão da eleição da Mesa da Câmara, segundo Lourenço. Ele afirmou que a suspensão da eleição só poder ser feita através de uma emenda à atual Constituição, que deverá continuar vigorando este ano. Lourenço afirmou também que "os acordos feitos têm que ser cumpridos". Na chamada "mesa de entendimento", que está sendo montada pelo deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), o PFL ficou com a primeira vice-presidência e a segunda secretaria.

Lyra

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que também disputa a
